



Cadernos do NUPPOME

ISSN 2596-285X

ano 5, número 14, agosto de 2023.



UFPEL

NUPPOME

Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória
IFISP - UFPEL

EXPEDIENTE

Cadernos do NUPPOME, Pelotas, ano 5, n.14, agosto de 2023. ISSN 2596-285X

Imagem de capa

Fotografia de Zoonar GmbH/Alamy. Imagem das “Stolpersteine”, placas que fazem homenagem às vítimas do Holocausto, em Berlim. Imagem disponível em: <https://www.bbc.com/travel/article/20190328-the-holocaust-memorial-of-70000-stones>

A *Cadernos do NUPPOME* é uma publicação quadrimestral do Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória disponibilizada em formato eletrônico em: <https://wp.ufpel.edu.br/nuppome/>

Entrevistas, textos e documentos publicados na *Cadernos do NUPPOME* podem ser reproduzidos livremente, desde que referida a fonte. Os conceitos emitidos pelos e pelas autoras dos textos aqui publicados são de sua inteira responsabilidade.

EDITOR

Carlos Artur Gallo | Universidade Federal de Pelotas

CONSELHO EDITORIAL

Andrés Del Río | Universidade Federal Fluminense

Boris Hau | Universidad Alberto Hurtado

Bruno Boti Bernardi | Universidade Federal da Grande Dourados

Bruno Mello Souza | Universidade Estadual do Piauí

Christian Jecov Schallenmüller | Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Eneá de Stutz e Almeida | Universidade de Brasília

Fernando Perlatto | Universidade Federal de Juiz de Fora

Odilon Caldeira Neto | Universidade Federal de Juiz de Fora

Rita Juliana Soares Poloni | Universidade Federal de Pelotas

Tatyana de Amaral Maia | Universidade Federal de Juiz de Fora

Vanessa Dorneles Schinke | Universidade Federal do Pampa

ORGANIZAÇÃO, PREPARAÇÃO E REVISÃO DOS ORIGINAIS

Carlos Artur Gallo

COLABORAÇÃO COM A REVISÃO E/OU SELEÇÃO DE MATERIAL

Bruna Pereira Lima Andrade | PVIP-UFPEL | NUPPOME

Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória | NUPPOME
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política | IFISP
Universidade Federal de Pelotas | UFPEL
Rua Cel. Alberto Rosa, 154 – 2º Andar – Sala 216 – Pelotas / RS, Brasil.
Contato | nuppome@gmail.com

SUMÁRIO

- 4** **Apresentação**
- 5** **NUPPOME Entrevista**
Entrevista com Anna Viana,
Bárbara Deoti e Maria Visconti
- 11** **Considerações sobre memória,**
verdade e justiça
Violência, trauma, memória e testemunho: os presos
políticos internados em Manicômios Judiciários pela
Ditadura Civil-Militar (1964-1985),
por Amanda Pfitzner Cabral
- 21** **Novidades sobre memória,**
verdade e justiça
- 24** **Fontes de pesquisa**
- 25** **Memória, verdade e justiça**
em imagens

APRESENTAÇÃO

Este é o 14º número regular da *Cadernos do NUPPOME*. Como nas edições anteriores, divulgamos fontes de pesquisa, novidades editoriais e artísticas, assim como uma entrevista e um texto temático para seguir fomentando a reflexão das/os leitoras/es a respeito de temas relacionados às políticas de memória e ao legado de diferentes tipos de regimes de exceção no mundo. As entrevistadas deste número são as historiadoras Anna Viana, Bárbara Deoti e Maria Visconti, coordenadoras do Núcleo Brasileiro de Estudos de Nazismo e Holocausto – NEPAT. O texto, sobre o uso dos manicômios judiciários pela repressão durante a ditadura brasileira, foi escrito pela historiadora Amanda Pfitzner Cabral. Registramos o nosso agradecimento a todas, por terem contribuído com esta edição da revista.

Reiterando o que foi mencionado na apresentação do nosso último número, publicado em abril, em 2023 completamos 5 anos da criação do Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória – NUPPOME. Em agosto de 2018, precisamente, passos essenciais na criação do Núcleo foram dados. A equipe de pesquisadoas/es externos à UFPEL começou a ser ampliada. No final daquele ano fomos contemplados com o Edital de Chamada Universal do CNPq, que financiou uma de nossas pesquisas e surgiu a ideia de criar a *Cadernos do NUPPOME*.

Apesar da conjuntura política do país, que era cada vez mais desfavorável às políticas de memória, seguimos trabalhando. Passados 5 anos, celebramos nossas conquistas satisfeitas/os com os resultados que obtivemos no período, mas sabemos que a democracia, os direitos humanos e as políticas de memória precisam ser cultivados cotidianamente. Continuar contribuindo para que memória, verdade e justiça não sejam palavras vazias constitui o nosso compromisso acadêmico e cidadão. Que venham os próximos 5 anos! Uma boa leitura a todas/os!

Saudações,
Carlos Artur Gallo
Coordenador do NUPPOME



Anna Viana

Mestra e Licenciada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Desde 2019 pesquisa temas relacionados ao nazismo e coordena o NEPAT.

Bárbara Deoti

Mestranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Licenciada em História pela UFMG, desenvolve pesquisa sobre representações literárias do nazismo e coordena o NEPAT.



Maria Visconti

Doutora em História pela UFMG e integrante do Perpetrator Studies Network.

Licenciada e Mestra em História pela UFMG, coordena o NEPAT, e, atualmente, desenvolve pesquisas sobre julgamentos de nazistas.



Cadernos do NUPPOME – Considerando que todas vocês desenvolvem pesquisas sobre nazismo e holocausto: Como surgiu o interesse de vocês pelo tema? O que cada uma de vocês pesquisou e/ou pesquisa atualmente?¹

Maria Visconti – Meu interesse pelo regime nazista surgiu ainda no ensino médio, durante as aulas de história sobre esse período. Quando ingressei na graduação na UFMG, em 2010, eu já sabia que esse era um tema que gostaria de me aprofundar mais. No entanto, uma questão

¹ Entrevista realizada e revisada por Carlos Artur Gallo, em julho de 2023.

que, desde o início, impactou muito minha trajetória acadêmica foi a ausência de um professor no departamento especializado em nazismo. Então, quando comecei a estudar o tema, tive que correr atrás da bibliografia por conta própria. Eventualmente, esse interesse me levou a fazer um semestre de intercâmbio na Alemanha em 2013, uma experiência que me marcou profundamente, e foi lá que conheci mais sobre a Rosa Branca, um grupo de resistência ao nazismo baseado em Munique. Eu já estava pesquisando sobre a Rosa Branca há um ano nesse momento e, em 2015, ingressei no mestrado na UFMG com esse tema de pesquisa. Minha dissertação de mestrado teve como foco uma análise do conteúdo dos panfletos da Rosa Branca, mas eu também pude fazer uma avaliação mais crítica sobre a trajetória do grupo e as fases de sua atuação. Em seguida, em 2018, eu virei a chave completamente e decidi olhar para o outro lado da equação: os perpetradores do regime nazista. Então, durante o doutorado na UFMG, eu estudei as narrativas de defesa dos nazistas no Tribunal Militar Internacional em Nuremberg. A partir da análise desses discursos e da identificação de padrões narrativos, eu pude mapear diferentes arquétipos e propor a criação de uma ferramenta metodológica que pode ser aplicada em outros julgamentos de desnazificação. Defendi a tese em abril de 2022 e, com o fim do doutorado, pretendo continuar pesquisando o processo de desnazificação e outros julgamentos do pós-guerra.

Anna Viana – Meu interesse pelo nazismo também surgiu durante a graduação, a partir de uma disciplina optativa ministrada pela Maria. Foi assim que nos conhecemos e que eu me juntei ao NEPAT. Até aquele momento, eu estudava o período medieval e, embora eu pretendesse seguir para a pós-graduação, não tinha certeza se queria continuar focada na Idade Média. Então o despertar desse novo interesse veio em boa hora e eu comecei a desenvolver meu projeto de pesquisa com base nas leituras que realizei durante a disciplina. Minha dissertação de mestrado foi sobre a obra de Alfred Rosenberg, muitas vezes interpretado como ideólogo do nazismo. Meu principal objetivo foi analisar os usos da história em *O Mito do Século XX* e entender como eles foram empregados na legitimação da ideologia e regime nazista.

Bárbara Deoti – Assim como a Anna, eu também fui aluna da disciplina ministrada pela Maria. No entanto, meu interesse pelo nazismo como objeto de estudo surgiu um pouco depois. Minha intenção naquele momento era seguir investigando a relação entre o Romantismo e o movimento operário inglês. Mas fui oportunamente convidada pela Anna para me juntar ao grupo de estudos do NEPAT para ler Hannah Arendt com elas. E foi graças as discussões do grupo de estudos que mergulhei de cabeça na temática do nazismo. Apesar da transição de temas de pesquisa, a literatura continuou sendo o fio condutor dos meus estudos e eu passei a me interessar pela questão das representações culturais do nazismo. Atualmente estou fazendo meu mestrado na UFOP e meu objeto de pesquisa é justamente a representação do nazismo na ficção científica estadunidense nas primeiras décadas do pós-guerra.

Cadernos do NUPPOME – Como e quando surgiu a ideia de criar um núcleo de estudos como o Núcleo Brasileiro de Estudos de Nazismo e Holocausto (NEPAT)? Vocês se inspiraram em algum outro centro/projeto de pesquisa?

Maria Visconti – A ideia de criar o NEPAT surgiu da minha iniciativa em reunir alunas da História da UFMG que já tivessem um interesse em estudar o nazismo. Durante a graduação e o mestrado, minha trajetória de pesquisa foi muito isolada, pois eu era a única aluna do departamento que estudava esse assunto. Então foi significativo encontrar colegas que não só tivessem um interesse em comum, mas com quem eu pudesse ter discussões aprofundadas

sobre o tema. Foi muito gratificante, ainda que difícil, oferecer um apoio para as minhas calouras em termos de incentivo e mentoria que eu mesma não pude ter. Desse modo, o NEPAT – Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Autoritarismo e Totalitarismo – surgiu a partir do grupo de estudos que montamos. Nesse sentido, não nos inspiramos em nenhum outro centro ou projeto e acredito que grande parte do diferencial do NEPAT é que sempre criamos nosso próprio jeito de conduzir as coisas. Somos desbravadoras de terreno em muitos sentidos. Em setembro de 2019, quando ainda contávamos com mais integrantes, nós demos um passo importante para o NEPAT se tornar o que ele é hoje: a organização do nosso primeiro evento acadêmico, “80 anos da Segunda Guerra Mundial: Ecos, representações e memórias”. E no ano seguinte, em 2020, em meio ao contexto da pandemia, nós lançamos nosso projeto de divulgação científica e o direcionamento atual do núcleo começou a tomar forma. Foi nesse momento que o NEPAT passou a ser tocado integralmente por nós três. Por fim, em 2021, nosso projeto passou por um importante processo de internacionalização e de estabelecimento de parcerias acadêmicas com outras instituições, sobretudo na Argentina, nos Estados Unidos e no Reino Unido. Passamos a ser reconhecidas em outros países como uma instituição voltada para pesquisa e educação do Holocausto no Brasil e isso abriu muitas portas para nós. Por isso, decidimos mudar nosso nome para Núcleo Brasileiro de Estudos de Nazismo e Holocausto (transformando a sigla NEPAT em nome próprio) para refletir a consolidação da nossa missão e objetivos atuais.

Cadernos do NUPPOME – Uma das iniciativas do NEPAT é a edição do Podcast Desnazificando. Como é produzir um conteúdo sobre um tema tão delicado, mas voltado para um público que vai além da academia? Quais os desafios? Como vocês analisam o impacto dessa iniciativa? Há algum retorno de pessoas que ouvem o Podcast?

Equipe do NEPAT – Acreditamos que o mais importante é sempre buscar um equilíbrio entre o conhecimento acadêmico, que demanda certo grau de complexidade, e a acessibilidade para o público não-especializado, que requer adaptações de linguagem. Portanto, a principal chave da nossa produção de conteúdo é a realização de um trabalho de tradução dos conceitos acadêmicos para esse público não-especializado, que é parte considerável da nossa audiência. Entendemos a divulgação científica como um tipo de produção que requer habilidades e estratégias de comunicação específicas e que também tem seu mérito. Infelizmente, é um trabalho que nem sempre é valorizado pelos nossos pares no ambiente acadêmico, a despeito da importância da produção científica sair dos muros da universidade e chegar à sociedade. Não é tão simples quanto parece falar de um tema que requer tanto cuidado, como o Holocausto, de maneira acessível, mas é o que tentamos fazer no Desnazificando. Há uma demanda por parte do público por esse tipo de conteúdo, e isso fica visível para nós na recepção que nosso trabalho tem. Falando sobre alcance, medimos o retorno do nosso conteúdo, sobretudo no Podcast, pela quantidade de *plays* que cada episódio tem. Hoje o Desnazificando tem quase 30 mil reproduções. Entretanto, o mais valioso para nós são os comentários que recebemos e as conversas que geramos com a nossa audiência. O resultado do nosso trabalho tem sido extremamente positivo.

Cadernos do NUPPOME – Por qual razão vocês optaram por criar um núcleo coordenado exclusivamente por mulheres-pesquisadoras sobre o tema?

Equipe do NEPAT – A composição inteiramente feminina do núcleo foi, em um primeiro momento, mais coincidência do que intenção. Mas, uma vez que nos transformamos de grupo

de estudos em núcleo de pesquisa, nós sempre reconhecemos e sustentamos a importância de sermos uma iniciativa inteiramente feminina. Sabemos como o espaço acadêmico ainda é, como a grande maioria dos espaços, dominado por homens, e acreditamos que um grupo feminino é, de muitas maneiras, uma forma de resistir e forçar mudanças nessa estrutura.

Cadernos do NUPPOME – Desde 2019, o NEPAT tem realizado um conjunto de iniciativas que abrange, além do Podcast já mencionado, a organização de seminários, mini-cursos, Grupos de Trabalho e um clube do livro, entre outras ações. Como vocês avaliam os resultados desse esforço coletivo que vem sendo realizado até aqui?

Equipe do NEPAT – Temos muito orgulho do nosso trabalho, considerando tudo o que conseguimos realizar sendo um núcleo de pesquisa independente formado apenas por três pesquisadoras. Acreditamos que a reputação que conseguimos estabelecer se deve a seriedade do nosso trabalho e ao nosso compromisso profissional e ético enquanto historiadoras. Também ficamos satisfeitas de ver que conseguimos conquistar um público nas redes sociais do NEPAT, que acessa nosso conteúdo de divulgação científica e que sempre estabelece diálogos conosco nos comentários. Para nós, mais importante que os números nas redes sociais e no podcast (que, é claro, têm sua relevância até para avaliar nosso alcance) são as conversas que conseguimos construir com as pessoas que nos seguem. O NEPAT surgiu a partir da necessidade que sentíamos de abrir espaços para trocas acadêmicas no campo dos estudos sobre nazismo e Holocausto, bem como de consolidar esse campo ainda incipiente no Brasil. Consideramos que ainda temos muito trabalho pela frente na concretização desse objetivo, mas também acreditamos que tivemos grandes ganhos em ambas as nossas frentes de trabalho nos últimos anos: a História Pública e a atuação acadêmica.

No âmbito acadêmico, temos firmado parcerias importantes, que já renderam muitos frutos, e ampliado nossa rede de contatos. A Anna publicou um capítulo em um livro organizado pelo Museu do Holocausto de Curitiba falando sobre a atuação do NEPAT; temos dois capítulos em andamento em processo editorial para livros em língua inglesa; recebemos um financiamento do *Holocaust Educational Foundation* da Universidade de Northwestern (HEFNU), nos Estados Unidos, para a realização de uma pesquisa sobre a memória do Holocausto no Brasil; esse mesmo financiamento possibilitou que a Maria participasse, agora em junho de 2023, do curso intensivo *Summer Institute on the Holocaust and Jewish Civilization*, na Universidade de Northwestern; em 2022 a Maria também teve a oportunidade de representar o NEPAT sendo financiada para ir para o Canadá para participar da maior conferência internacional sobre a temática de Holocausto, o *Lessons and Legacies*, em um seminário sobre o ensino de Holocausto em línguas que não são o inglês. Temos outros projetos em andamento para 2024 e sabemos que podemos ir além.

Realizamos dois eventos acadêmicos internacionais, que estão inteiramente disponíveis no YouTube, e também tivemos uma recepção muito positiva dessa iniciativa. Nosso grupo de pesquisa, o *Pensar os Extremos - Rede Internacional de Estudos sobre Nazismo, Memória e Guerra*, fundado em 2020, hoje já conta com mais de 100 pesquisadores e promove reuniões mensais para debate. Sabemos o quanto esses tipos de atividades e projetos são fundamentais para podermos abrir espaço para mais pessoas pesquisarem sobre essas temáticas.

Por fim, a Biblioteca do NEPAT, o nosso clube de leitura especializado em nazismo em Holocausto, foi uma iniciativa para aumentar ainda mais o diálogo com o nosso público e para promover discussões sobre essas temáticas com rigor histórico e ético. A recepção da

Biblioteca tem sido muito gratificante e acreditamos que esse será um projeto que realizaremos com frequência.

Atualmente, um dos maiores desafios que enfrentamos, por ser um núcleo independente, é a falta de recursos financeiros para que possamos ser remuneradas pelo nosso trabalho e nos dedicar em tempo integral ao NEPAT. Viver do NEPAT ainda é o nosso sonho.

Cadernos do NUPPOME – Vocês consideram que exista, no Brasil, muita desinformação sobre holocausto e sobre o nazismo? Pergunto isso pensando na reiterada polêmica em torno da caracterização do nazismo como sendo um movimento de esquerda.

Equipe do NEPAT – Sem dúvida, a desinformação é gritante. A caracterização do nazismo como um movimento de esquerda é apenas um exemplo da falta de informação do público brasileiro sobre o nazismo. A internet e as redes sociais são nosso espaço de trabalho e são ferramentas que utilizamos para divulgar o conhecimento acadêmico. Porém, nesse espaço circula todo tipo de conteúdo, inclusive o negacionismo do Holocausto. Vivemos em um momento de intensa disputa de narrativas. Justamente por isso, consideramos essencial ocupar os espaços virtuais, muitas vezes hostis a nós, e fazer o esforço de tornar a informação acessível ao público. Não se trata de uma mera curiosidade histórica, e sim aquilo que o nazismo representa de maneira geral: o racismo, a xenofobia, a misoginia, o machismo, a LGBTfobia, entre outros discursos de ódio. Todos esses elementos estão presentes, tanto na ideologia nazista, quando na realidade brasileira. É claro que o nazismo histórico não irá se reestabelecer - isso é impossível. Entretanto, as continuidades e as permanências desses discursos precisam ser combatidas com urgência. Esse é um ponto que sempre tentamos trazer em todas as nossas iniciativas.

Cadernos do NUPPOME – Nos últimos tempos, diversas reportagens (BBC Brasil, O Globo e DW, entre outros jornais) divulgaram que células neonazistas e/ou grupos que fazem apologia ao nazismo cresceram em torno de 270% no Brasil desde 2019, existindo em torno de 530 grupos extremistas ativos no país. Como vocês avaliam este dado? Vocês acreditam que isso tem relação com o Governo Bolsonaro (2019-2022), marcadamente negacionista, ou isso é um fenômeno maior, que ultrapassa as fronteiras brasileiras?

Equipe do NEPAT – Acreditamos se tratar de ambos. O governo Bolsonaro, sem dúvida alguma, teve papel ativo na disseminação dos ideais da extrema-direita no Brasil. Não obstante, o contexto internacional também deve ser levado em consideração, e o que temos observado é uma onda reacionária de extrema-direita globalmente. É um movimento duplo: a expressividade desses grupos no palco mundial não deixa de ter reflexos na realidade brasileira; entretanto, a realidade brasileira tem suas próprias particularidades e o reacionismo e negacionismo aqui não são uma mera importação do que vem de fora. É claro que os números são extremamente preocupantes e devem ser levados a sério. Não dá mais para dizermos que esses grupos não são expressivos e ignorar a força que eles vem ganhando na cena pública. Nesse sentido, falar sobre nazismo e sobre a extrema-direita no Brasil se torna cada dia mais urgente.

Cadernos do NUPPOME – Pensando na persistência de grupos neonazistas e na disseminação de informações falsas sobre o nazismo (no Brasil, mas também no exterior): O que pode ser feito para evitar um aprofundamento do negacionismo no presente? Criminalizar é eficaz?

Equipe do NEPAT – Criminalizar não é a única solução, mas é necessário. É claro que é impossível impedir, individualmente, que as pessoas adotem esse tipo de crença - e, por isso, parte significativa do que podemos fazer enquanto sociedade é vedar esse tipo de expressão no espaço público. Devemos tornar nítido que existem consequências legais para a verbalização de falas preconceituosas que ferem a dignidade humana e os princípios democráticos. Também é importante ressaltar que sanções em represália a esse tipo de abuso do espaço público não são o mesmo que a censura ou um ataque a liberdade de expressão. Em conjunto com medidas de criminalização da apologia ao nazismo, precisamos advogar pela educação sobre essas questões para que as pessoas entendam a realidade histórica do nazismo e do Holocausto e compreendam os perigos das continuidades desse tipo de ideologia. É esse o trabalho que o NEPAT vem realizando nos últimos anos.

CONSIDERAÇÕES SOBRE MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

VIOLÊNCIA, TRAUMA, MEMÓRIA E TESTEMUNHO: OS PRESOS POLÍTICOS INTERNADOS EM MANICÔMIOS JUDICIÁRIOS PELA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985)²



Amanda Pfitzner Cabral

***Mestranda em História na Universidade
Federal do Paraná (UFPR).***

***Bacharela e Licenciada em História pela
UFPR, desenvolve pesquisas sobre a
ditadura brasileira e integra o Grupo de
Pesquisa "Direitos Humanos e Políticas de
Memória" (DIHPOM).***

11

Em 1940, Walter Benjamin escreveu um dos ofícios mais fundamentais à profissão do historiador: a tarefa histórica de escovar a história a contrapelo. Narrar a história dos vencidos é narrar, construir e expor memórias — sobretudo de tempos sombrios, algo que jamais será fácil. As dificuldades se encontram plano material, a partir das fontes e suas limitações, que podem ou não ser intencionais, independentemente de sua natureza. Entretanto, ao abordarmos temas sensíveis como as violações de direitos humanos por regimes autoritários, a intencionalidade em expor ou omitir algo está presente até nos mínimos detalhes. Isso nos leva a

² Texto revisado com o auxílio de Bruna Pereira Lima Andrade, bolsista voluntária do NUPPOME.

refletir sobre as dificuldades na produção de memória em virtude de lacunas historiográficas, como é o caso dos estudos acerca do internamento de presos políticos em Manicômios Judiciários pela ditadura civil-militar brasileira.

As dificuldades em montar um panorama sobre o tema e contar essas histórias foram reconhecidas pela Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, que recomenda a “investigação sobre as instituições e profissionais de saúde mental na violação de direitos humanos durante a ditadura militar, mais notadamente em relação à internação e à tortura de presos políticos nas instituições psiquiátricas.” (SÃO PAULO, 2015). O tema foi comentado brevemente por Marighella (1965, 1994), Alves (1967, 1994) e Kucinski e Tronca (1971, 2013), mas as pesquisas científicas são recentes, como a dissertação de Guedes (2019), que contribuem e avançam no preenchimento destas lacunas e na construção da memória sobre o passado ao tratar sobre a relação entre psiquiatria, repressão e violência manicomial durante o período do regime militar.

Os *hospícios*, *manicômios* ou *hospitais de alienados* são nomenclaturas dadas historicamente às instituições psiquiátricas que existem há séculos, sobretudo na sociedade ocidental. É um lugar projetado para conter os indesejáveis e incuráveis, que fogem às normas e padrões sociais. É uma instituição prisional-asilar que, em um contexto político autoritário, tende a reforçar sua característica de privação da liberdade e sanidade, mantendo os internos encarcerados sob “medidas disciplinares”. O manicômio judiciário foi projetado com a intenção de conter criminosos nocivos à sociedade, relacionada à teoria lombrosiana do *louco-criminoso*. Brevemente, trata-se daquele que comete um crime e não pode respondê-lo por possuir transtornos mentais, considerado inimputável, cumpre a pena de reclusão e tratamento nesse tipo de instituição.

Em um levantamento de dados quantitativo acerca dos internamentos, foi possível rastrear cerca de 32 casos espalhados pelo território nacional: Ceará (2), Paraíba (2), Pernambuco (6), Bahia (2), Goiás (1), Distrito Federal (2), Rio de Janeiro (7), São Paulo (6), Santa Catarina (1) e Rio Grande do Sul (3). Do total, 27 vítimas são homens, 3 são mulheres e 2 não possuem identificação de gênero devido à lacuna de fontes que possam ser relacionadas à essas pessoas, como demonstra o Quadro 1.

QUADRO 1 – RELAÇÃO DE INTERNAMENTO DE PRESOS POLÍTICOS POR REGIÃO, ESTADO, NOME E LOCAL

REGIÃO	ESTADO	PRESO POLÍTICO	LOCAIS DE TORTURA
NORDESTE	CE	Manuel Domingos Neto Pedro Paulo Pinheiro	Manicômio Judiciário Stênio Gomes
	PB	Boanerges Timoteo de Souza Otávio Domingos de Oliveira	Manicômio Judiciário de João Pessoa
	PE	A.S. [Aluízio Valério da Silva]* Antonio Lopes de Albuquerque Edival Freitas da Silva J.S. [José Pedro da Silva]* Rivadavia Braz de Oliveira Sílvia Montarroyos	Manicômio Judiciário da Tamarineira
	BA	Wesley Macedo de Almeida Solange Lourenço Gomes	Manicômio Judiciário do Estado da Bahia
CENTRO-OESTE	GO	Durvalino Porfírio de Souza	Hospital Colônia Aduino Botelho
DISTRITO FEDERAL	DF	M.P.** Guilherme Modesto Gonzaga	Manicômio Judiciário do Distrito Federal
SUDESTE	RJ	César de Queiroz Benjamin Emanuel Israel de Lima Nilo Sérgio Menezes de Macedo Paulo Roberto das Neves Bechimol Rodrigo José de Farias S.R. [Sérgio Rolim/Rollins]* Zilda Paula Xavier Pereira	Casa de Custódia Hospital Psiquiátrico Pedro II Manicômio Judiciário Heitor Carrilho
	SP	Antonio Carlos de Melo Pereira Aparecido Galdino Jacinto David Capistrano Dorgival de Souza Damasceno Ivan Akselrud de Seixas João Adolfo Castro da Costa Pinto	Manicômio Judiciário Franco da Rocha
SUL	SC	Roberto João Motta	Manicômio Judiciário de Santa Catarina
	RS	Ary Abreu Lima da Rosa I.V.** Vitor de Souza Couto	Manicômio Judiciário do Rio Grande do Sul Sanatório São José

Fonte: elaborado pela autora do texto.

Legenda:

* Probabilidade de ser a pessoa nomeada entre o símbolo [], por conexão entre documentações.

** Sabe-se da passagem pelo manicômio judiciário, porém não há identificação própria até o momento.

Ao aprofundar-se nas investigações, foi possível constatar como estes presos políticos iam parar nessas instituições e os tipos de tortura que sofriam. Primeiro, eram sequestrados e/ou diretamente presos, passando por interrogatórios convertidos em sessões de tortura. Espancamentos, pau-de-arara, choques elétricos, cadeira do dragão, estupros, tortura psicológica, privação de comida, água e sono, injeções de pentanol de sódio (conhecido como *soro da verdade*), e tantas outras práticas documentadas. A violência e crueldade extrema dos torturadores implicava na degradação e desrespeito à integridade corporal e psíquica das vítimas, numa tentativa de apoderar-se delas contra sua vontade, perpassando a dor e os sentimentos (HONNETH, 2003). Nem todos resistiram à tortura. Muitos foram assassinados durante ou após as sessões. Em alguns casos, quando já se encontravam completamente dissociados, *loucos* ou até mesmo considerados inúteis para a repressão, eram forçadamente internados em manicômios judiciários, descumprindo as leis do Código Penal³.

Na instituição psiquiátrica, as torturas continuavam através de choques elétricos (prática nomeada pelos médicos psiquiatras como *eletroconvulsoterapia*), injeções de medicamentos antipsicóticos (Haloperidol, Anantesol, etc.), Escopolamina (provocação de paralisia e sensação iminente de morte), prática de Insulinoterapia (provocação de convulsões até levar ao estado de coma), isolamento social e desenvolvimento de doenças físicas. Diagnósticos de esquizofrenia paranoide, bipolaridade, depressão, ansiedade e agressividade são os mais comuns nos laudos psiquiátricos produzidos à época sobre os presos políticos. Doenças acometidas em consequência da prisão e torturas.

A Medicina e a Psiquiatria foram aliadas ao regime militar. Médicos participaram — e até mesmo chefiaram — sessões de tortura, avaliando até que ponto as vítimas conseguiriam resistir a uma próxima sessão. Nomes como Carlos Victor Mondaine Maia, coronel-médico do Exército, que atuava sob o codinome “Dr. José”; e o médico psicanalista Amílcar Lobo, o “Dr. Cordeiro”, são apenas alguns dos torturadores

³ O Código Penal de 1940 considerou a inimputabilidade do criminoso com distúrbios mentais perante avaliação entre o estado mental e o crime cometido, sendo o juiz a autoridade exclusivamente responsável pela decisão sobre a inimputabilidade após avaliação psiquiátrica. Entretanto, há relatos de internamento compulsório no Manicômio Judiciário da Tamarineira, em Recife-PE, ordenados pelo Coronel Hélio Ibiapina desde 1964 (ALVES, 1996).

atualmente conhecidos. Os psicanalistas também tiveram suas contribuições a partir do desenvolvimento de estudos que deram origem ao *perfil psicológico do subversivo brasileiro* (COIMBRA, 2004).

Dos 32 casos mapeados até o momento, gostaria de comentar sobre três que possuem várias distinções entre si, sobretudo em relação à quantidade de informações que possuímos acerca de cada caso, elemento diretamente relacionado à prática do *processo testemunhal*. O primeiro diz respeito à Sylvia Lúcia de Montarroyos, de família tradicional recifense e abastada. Estudante de Direito na Universidade Católica de Pernambuco e de Belas Artes na Universidade do Recife, onde cursava Dramaturgia e Teatro, decidiu seguir o rumo da luta armada, junto ao irmão mais velho, Carlos Montarroyos, dirigente do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), em que militavam juntos.

Sylvia, cujo codinome era “Tatiana”, conta que foi presa em novembro de 1964, aos 17 anos, com os demais companheiros políticos do partido, pelos agentes da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, de onde ela conseguiu fugir. Foi altamente procurada pela polícia, com seu retrato estampado em capas de jornais. Dias depois, ao ser presa novamente e sofrer represálias dos policiais irados por sua fuga, foi queimada com cigarros, charutos e sofreu agressões físicas. Foi vítima de estupro coletivo em frente ao seu noivo, Pedro Machovsky Clemachuk, de modo a fazê-lo confessar quaisquer informações sobre sua organização política e a luta armada. Após esse episódio, prometeram entregá-la à família; pelo contrário, colocaram-na nua em uma jaula 80cm x 1,80cm, no quartel de Tejipió. Passou 15 dias no subterrâneo e 15 dias ao ar livre, nas matas que rondavam a instituição militar, exposta ao sol, chuva, animais e insetos, onde contraiu doenças e teve diversas alucinações causadas por fome. Relata que, nessa mesma condição, sofreu tortura de privação de sono e que colocavam sal em suas feridas abertas. Também passou por simulação de fuzilamento e tortura psicológica, quando disseram que também fuzilariam seu irmão Carlos. Toda essa experiência causou uma crise de identidade em Sylvia, a qual passou acreditar ser sua própria mãe. Com a ameaça ao seu irmão, desmaiou, sendo levada para a enfermaria do quartel, onde lhe aplicaram uma injeção de Pentanol de Sódio (soro da verdade).

Em dezembro do mesmo ano, foi levada ao Manicômio Judiciário da Tamarineira em estado de coma por conta dos psicotrópicos que lhe eram aplicados. Lá, foi torturada com choques elétricos e aplicações de antipsicóticos, ameaçada a tomar água com ácido muriático e soda cáustica e diagnosticada com Esquizofrenia. Posteriormente, foi entregue à família e as autoridades tentaram prendê-la novamente através de um mandado de prisão preventiva. Foi aí que Sylvia deixou Pernambuco, partiu para o Rio de Janeiro e depois para o exílio fora do país.

Em 1966, aos 19 anos, Solange Lourenço Gomes era estudante de psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e, ao entrar em contato com as organizações de esquerda da luta armada, tornou-se militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), e, posteriormente, da Dissidência Guanabara e do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), sendo obrigada a viver na clandestinidade a partir de 1969. Solange participou de diversas ações armadas, como assaltos a bancos, roubo de carros e agitação e propaganda. Ao ser identificada após o sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, teve que se mudar para a Bahia, em 1970. No ano seguinte, durante uma panfletagem, sofreu um surto psicótico e se entregou às autoridades fornecendo informações sobre o MR-8, sendo transferida ao DOI-Codi de Salvador, onde foi presa, torturada física e sexualmente e permaneceu incomunicável. Segundo seus familiares e algumas pesquisas, jornais divulgaram matérias sensacionalistas fabricadas pela repressão as quais apresentavam-na como arrependida e ludibriada pela *subversão*, a partir do título “Sexo é arma para atrair jovens à subversão”, na tentativa de difamar sua imagem como mulher e militante. Foi condenada inimputável pela Justiça Militar, a qual determinou sua internação em manicômio judiciário por no mínimo dois anos, dado o diagnóstico de Esquizofrenia. Permaneceu nessa condição até 1973, quando foi libertada e começou a fazer acompanhamento psicológico e cursar Medicina pela UFRJ. As sequelas físicas e as consequências psicológicas da perseguição política, prisão e tortura foram insuportáveis e insuperáveis; Solange tirou a própria vida no ano de 1982.

Por último, temos o caso de Edival Freitas da Silva, que aos 28 anos, era diretor da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco durante o governo de Miguel Arraes – o qual sofreu intensa perseguição política. Edival foi preso em agosto de 1964, sendo

fisicamente torturado com agressões e injeção de *soro da verdade*, o que foi relatado a partir do seu internamento no Manicômio Judiciário da Tamarineira, Recife-PE, ao chegar com marcas de picadas de injeção no braço. Lá, foi diagnosticado com *Psicose Maníaco-depressiva* (depressão), *Personalidade psicopática ciclotímica* (alterações de humor) e *Psicose Endotóxica* (vários dias sem comer e recebendo medicação tóxica), adquiridas em virtude da prisão e torturas. Em 1965, ao ser liberto, partiu para o exílio em Paris.

Sylvia de Montarroyos foi uma das únicas sobreviventes — se não a única — que narrou seus traumas, seja por depoimento prestado para a Comissão Estadual da Verdade e Memória Dom Hélder Câmara, ou através de sua autobiografia intitulada “Réquiem por Tatiana: memórias de um tempo de guerra e de uma descida aos infernos.”, escrita de forma poética, em virtude de sua escrita simbólica e repleta de analogias. Traumas que se tornaram memórias da militância, da juventude, de relacionamentos, da violência, do cárcere, do exílio, da reconstrução da vida. Narrar o trauma tem como princípio o renascimento, por mais complicado e doloroso que seja. Não é um processo que ocorre do dia para a noite; leva tempo, cuja data de validade é a morte. Quase cinco décadas separam os eventos traumáticos da vida de Sylvia e a publicação de seu testemunho e memórias. É uma escolha individual. Narrar as próprias memórias é completamente diferente de ter suas memórias narradas por terceiros — como nos casos das outras vítimas apresentadas.

E como construir a memória daqueles que pouco se pronunciaram sobre sua experiência? Que somente participaram de oitivas para a Comissão Nacional da Verdade (CNV) e/ou Comissão Estadual da Verdade (CEV) ou apenas entraram com requerimento de indenização perante os crimes cometidos pelo Estado ditatorial? E aqueles que nunca se pronunciaram e nem se pronunciarão? É impossível testemunhar pelo outro. Enquanto ouvintes/leitores/espectadores, somente temos acesso ao conhecimento sobre o objeto e, mesmo que seja um conhecimento aprofundado, há uma limitação pontual: por não experienciar situações iguais ou semelhantes na prática, jamais saberemos de fato o que aquilo representa na subjetividade. O que ressoa é a comoção, a empatia pelas vítimas da violência extrema, afinal, não há neutralidade nas emoções, elas também são políticas.

Trabalhar com memória, especialmente a memória de eventos traumáticos, sempre será nebuloso, espinhoso. A construção de uma *memória coletiva* sobre os ex-presos políticos internados em instituições psiquiátricas pela ditadura requer uma movimentação que passa pelas vítimas, pelo Estado, pelas instituições e pela sociedade civil. Escovar a história a contrapelo não é fácil. Também não é possível generalizar, dizer que a violência que acometeu Sylvia de Montarroyos foi igual ao que aconteceu com os outros, e que, portanto, as consequências são as mesmas. Em um campo de memória coletiva, há de existir semelhanças pela identificação entre membros de um grupo, mas essa identificação é composta também por suas experiências individuais. Faz parte de um mosaico, que observado de perto mostra as diferenças entre cada peça que o compõe, mas quando observado de longe, forma um todo. Portanto, não é só a partir do testemunho de Sylvia que será possível construir a memória dos presos políticos civis internados em manicômios judiciários, mas é um começo.

As recentes reflexões de Seligmann-Silva (2022) acerca de nossa política de memória sobre a ditadura civil-militar são cruas, objetivas e nos revelam: mal começamos a testemunhar. Isso não significa que não existam testemunhos, vai muito mais além. É sobre transformar as vítimas em acusadores — um tribunal do juri, impedido desde a Lei de Anistia de 1979, que foi articulada pelo poder militar para decretar sua própria impunidade. É preciso existirem ouvintes, uma plateia para receber o testemunho e criar uma *cultura de memória*, a fim de subverter a lógica das classes dominantes que ainda tentam enterrar o passado e simplesmente virar a página da história.

Esses estudos e reflexões iniciais contribuem não somente com a historiografia, mas com a construção da memória sobre essas pessoas e os lugares em que experienciaram o pior da desumanização. Quem sabe futuramente essas instituições psiquiátricas tornem-se *lugares de memória*. No Memorial de Resistência de São Paulo (antigo prédio do DOPS-SP) o Hospital Psiquiátrico Franco da Rocha possui uma placa com uma breve exposição de informações que antecedem o regime militar e também o reconhecem enquanto local de violação dos direitos humanos, afinal, por lá passaram vários presos políticos. Os acontecimentos relacionados à ditadura ainda são recentes na História do Brasil. A década de 2010 é marcada pela criação da CNV e os

avanços na justiça de transição e política de memória, que se encontram ainda em desenvolvimento, seja através da comunidade acadêmica e a produção de pesquisas e eventos relacionados ao tema; as sedes dos Ministérios Públicos e a promoção de políticas através de seus departamentos de direitos humanos; e até mesmo parlamentares cujos interesses objetivam avanços reais. É o caso da Comissão de Anistia e a retomada dos trabalhos de forma democrática, demonstrando a preocupação do novo governo com a manutenção das políticas públicas e de memória que tangem aqueles que sofreram a violência do Estado ditatorial. Esse é o significado essencial dos estudos e práticas de memória: lembrar para jamais esquecer, nem deixar se repetir.

REFERÊNCIAS

ACERVO BNM DIGIT@L. **Projeto Brasil: Nunca Mais**. 2016. Disponível em: <https://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>

ALVES, Márcio Moreira. **Torturas e Torturados**. Rio de Janeiro: Oficina da Empresa Jornalística, 1996.

BRASIL. 2023. “Estado brasileiro retoma atividades da Comissão de Anistia na véspera do dia em que o país sofria golpe militar, há 59 anos.” Governo Federal. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/estado-brasileiro-retoma-atividades-da-comissao-da-anistia-na-vespera-do-dia-em-que-o-pais-sofria-golpe-militar-ha-59-anos>

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

COIMBRA, Cecília. Práticas “psi” no Brasil do “milagre”: algumas de suas produções. **Mnemosine**, v.1, p. 48-52, 2004.

COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE DOM HÉLDER CÂMARA. **Dossiê – Edival Freitas da Silva**. 2012. Disponível em: <https://www.acervo.pe.gov.br/index.php/edival-freitas-da-silva-pdf>

COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE DOM HÉLDER CÂMARA. **Dossiê – Sylvia Lúcia Viana de Montarroyos**. 2012. Disponível em: <https://www.acervo.pe.gov.br/index.php/sylvia-lucia-viana-montarroyos-pdf>

GUEDES, Alexandre Maciel. **Violência manicomial: A psiquiatria na repressão durante a ditadura civil-militar no Brasil**. 2019. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

KUCINSKI, Bernardo; TRONCA, Ítalo. **Pau de arara: a violência militar no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. 248 p

MARIGHELLA, Carlos. **Por que resisti a prisão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1994.

MONTARROYOS, Sylvia. **Réquiem por Tatiana: memórias de um tempo de guerra e de uma descida aos infernos**. Recife: Cepe, 2013.

SÃO PAULO. Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva. **Ditadura e Saúde Mental**. São Paulo. CEV-SP. 2015. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap8.html> Acesso em 2 jun. 2023.

SÃO PAULO. Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva. **Solange Lourenço Gomes**. São Paulo. CEVL-SP. 2015. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/solange-lourenco-gomes> Acesso em 07 jun. 2023.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**, [S.L.], v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **A virada testemunhal e decolonial do saber histórico**. Campinas: Editora da Unicamp, 2022.

NOVIDADES

SOBRE MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA



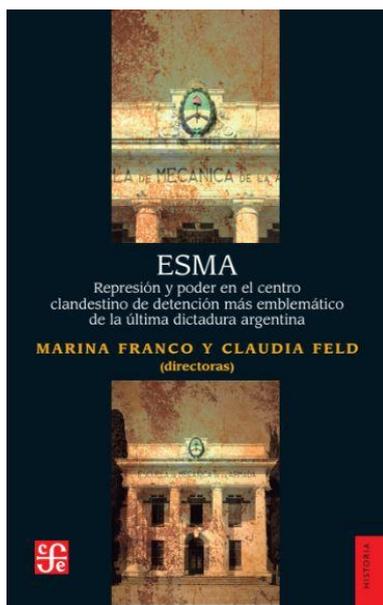
Derechos Humanos y Justicia Transicional en Chile

Hugo Rojas e Miriam Shaftoe

Santiago: Tirant lo Blanch, 2022.

Neste livro, os autores analisam, com profundidade, os rumos da justiça de transição no Chile. Para tanto, traçam um panorama detalhado de todas as medidas que foram implementadas desde a década de 1990 no país para lidar com os crimes cometidos durante a ditadura de Pinochet. Os avanços e recuos existentes no país são, por fim, avaliados, com base nas normas de proteção aos direitos humanos.

21

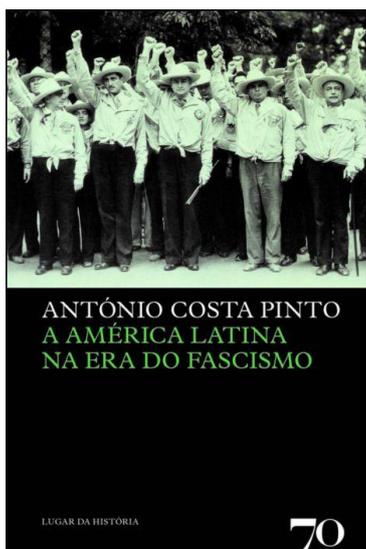


ESMA – Represión y poder en el centro clandestino de detención más emblemático de la última dictadura argentina

Marina Franco e Claudia Feld (Org.)

Buenos Aires: FCE, 2022.

Organizada pelas pesquisadoras argentinas Marina Franco e Claudia Feld, a coletânea analisa como funcionou a antiga ESMA, o principal Centro Clandestino de Detenção (CCD) existente durante a ditadura (1976-1983). Um dos objetivos da análise foi entender como o espaço se constituiu no principal CCD do país, seu cotidiano e seu papel na repressão.

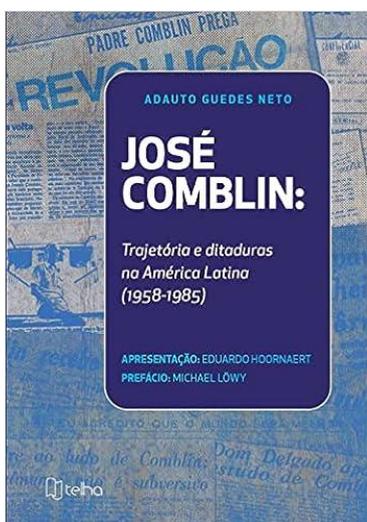


A América Latina na era do fascismo

António Costa Pinto

Lisboa: Edições 70, 2021.

Escrito por António Costa Pinto, uma das principais referências internacionais nos estudos sobre o Estado Novo português, o livro analisa os diferentes regimes autoritários surgidos na América Latina na década de 1930, sob influência dos regimes que surgiram na Europa após a 1ª Guerra Mundial.

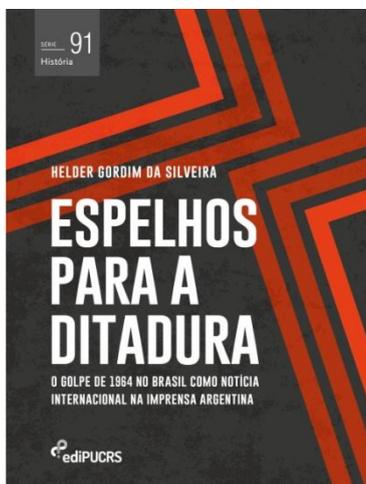


José Comblin: trajetória e ditaduras na América Latina (1958-1985)

Adauto Guedes Neto

Rio de Janeiro: Telha, 2022.

Escrito pelo historiador Adauto Guedes Neto, o livro aborda a trajetória do religioso José Comblin na América Latina, autor de uma das principais análises sobre a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e cuja vida na região foi atravessada pelas ditaduras instaladas durante a Guerra Fria.



Espelhos para a ditadura

Helder Gordim da Silveira

Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021.

Neste livro, o autor analisa, através de pesquisa em jornais, como o Golpe de 1964 no Brasil foi noticiado na Argentina. A análise do autor permite observar a forma como parte da opinião pública interpretou os acontecimentos no país.

22



Omissão um tanto forçada

Rodrigo Pezzonia

São Paulo: Alameda, 2021.

Publicada pelo historiador Rodrigo Pezzonia, a obra analisa o exílio (e o retorno ao país) de Gilberto Gil, Caetano Veloso e Chico Buarque. Com uma abordagem original, o autor questiona, entre outros aspectos, até que ponto a vida dos artistas no exterior pode ser considerada um exílio e o peso do período em sua obra.

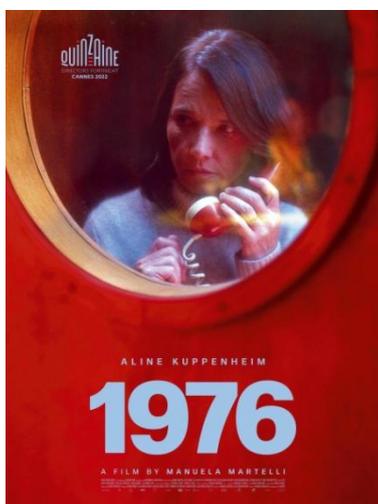


A Ditadura Militar no Espírito Santo

Davi Elias Rangel Santos

São Paulo: Dialética, 2022.

Contribuindo para a agenda de estudos sobre a ditadura em outros Estados do país, o livro de Davi Santos discute o peso que o apoio do jornal *A Gazeta* teve na legitimação da ditadura no Espírito Santo.



1976

Um filme dirigido por Manuela Martelli.

Chile, 2022.

Neste filme, é retratado o cotidiano de uma família de classe média chilena nos primeiros anos da ditadura. Carmen, a protagonista, tem sua vida alterada ao prestar um favor ao padre local. Aos poucos, o filme evidencia como o medo foi sendo naturalizado no país.

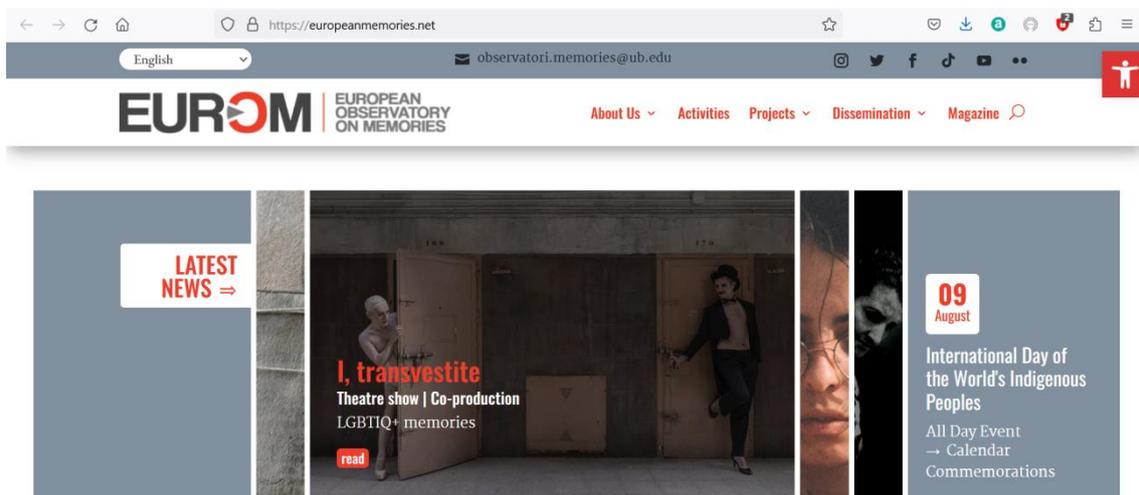
FONTES DE PESQUISA

EUROM – EUROPEAN OBSERVATORY ON MEMORIES

O *EUROM* (Observatório Europeu das Memórias) é uma rede transnacional de instituições, organizações e acadêmicas/os que pesquisam políticas de memória. Criado em 2014 e sediado na Universidade de Barcelona (Espanha), reúne em sua rede pesquisadoras/es de diferentes países, incluindo o Brasil, e estabeleceu parcerias com mais de 50 instituições de pesquisa, localizadas em 22 países. Contando com o apoio financeiro da União Europeia e promovendo atividades de ensino e pesquisa sobre o tema das políticas de memória em diferentes contextos, o *EUROM* disponibiliza em seu site vários materiais produzidos por seus integrantes, além de publicar a revista *Observing Memories*, desde 2017.

Disponível em: <https://europeanmemories.net/>

24



Fonte: Imagem da página inicial do site.

MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA EM IMAGENS

25 ANOS DA PRISÃO DE AUGUSTO PINOCHET EM LONDRES

Em 16 de outubro de 1998, o ex-ditador chileno, Augusto Pinochet, foi preso pela polícia de Londres, na Inglaterra. A prisão de Pinochet durante uma viagem particular para tratar de problemas na coluna repercutiu fortemente em âmbito internacional. A detenção foi realizada em cumprimento a um mandado de prisão internacional expedido por Baltazar Garzón, juiz espanhol, com base na normativa internacional de direitos humanos, e o motivo da prisão era a responsabilidade do antigo ditador por crimes contra a humanidade cometidos pela *Operação Condor* durante seu governo (1973-1990). Os impactos da sua prisão em Londres foram significativos no tocante ao julgamento dos crimes da ditadura chilena, ficando tal fenômeno conhecido como “efeito Pinochet”.

25



Fonte: Em Londres, manifestantes se reúnem para apoiar a prisão de Pinochet.

Fotografia de DPA/Pedro Schwarze.



UFPEL

NUPPOME

Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória
IFISP - UFPEL

APOIO



10 ANOS
2011-2021



LABORATÓRIO DE
HISTÓRIA POLÍTICA E SOCIAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUÍZ DE FORA

GPDEJUV
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM
DEMOCRACIA, JUSTIÇA E VIOLÊNCIA



uff
Universidade
Federal
Fluminense